



**jardim de infância**  
**Dr. Alfredo Mota**

**ASSOCIAÇÃO JARDIM DE INFÂNCIA DR. ALFREDO MOTA**

**CASTELO BRANCO**

**Demonstrações Financeiras**

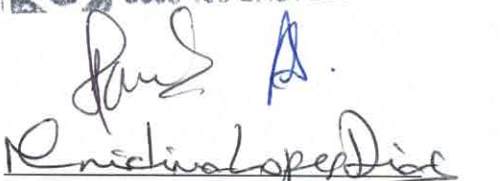
**31 de Dezembro de 2018**

## Índice

Balanço .....	1
Demonstração por Naturezas.....	2
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais .....	3
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	4
Anexo .....	5
1. Identificação da entidade.....	5
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras .....	5
3. Principais políticas contabilísticas .....	6
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	12
5. Ativos Fixos Tangíveis .....	13
6. Outros Crédito e ativos não correntes .....	13
7. Créditos a receber .....	13
8. Estado e Outros Entes Públicos .....	14
9. Diferimentos.....	14
10. Outros ativos correntes.....	14
11. Caixa e depósitos bancários.....	15
12. Fundos Patrimoniais .....	15
13. Fornecedores.....	15
14. Financiamentos Obtidos .....	16
15. Outros passivos correntes.....	16
16. Vendas e Serviços. Prestados .....	16
17. Subsídios e outros apoios das entidades públicas .....	17
18. Custo das Mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	17
19. Fornecimentos e serviços externos .....	18
20. Gastos com o Pessoal .....	19
21. Imparidade de dívidas a receber (Perdas/ Reversões) .....	20
22. Outros rendimentos.....	21
23. Outros gastos.....	21
24. Resultados Financeiros .....	22
25. Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	22
26. Acontecimentos após data de Balanço .....	22

RUBRICAS	ASSOCIAÇÃO JARDIM DE INFÂNCIA DR. ALFREDO MOTA		
	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	884 928,38	924 194,17
Outros créditos e ativos não correntes	6	692,05	488,98
		<b>885 620,43</b>	<b>924 683,15</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Créditos a receber	7	55 572,09	55 605,97
Estado e outros entes públicos	8	16 500,00	16 500,00
Diferimentos	9	1 937,57	1 813,15
Outros ativos correntes	10	29 880,00	29 400,00
Caixa e depósitos bancários	11	546 772,08	443 569,16
		<b>650 661,74</b>	<b>546 888,28</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1 536 282,17</b>	<b>1 471 571,43</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>	<b>12</b>		
Fundos	12	49 879,79	49 879,79
Reservas	12	99 759,58	99 759,58
Resultados transitados	12	1 017 558,22	956 377,09
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	12	143 878,53	147 649,71
Resultado líquido do período	12	74 265,81	61 181,13
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>1 385 341,93</b>	<b>1 314 847,30</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13	5 797,62	4 945,38
Estado e outros entes públicos	8	32 874,99	34 383,47
Financiamentos obtidos	14		13 991,39
Outros passivos correntes	15	112 267,63	103 403,89
		<b>150 940,24</b>	<b>156 724,13</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>150 940,24</b>	<b>156 724,13</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>1 536 282,17</b>	<b>1 471 571,43</b>

Associação Jardim de Infância  
Dr. Alfredo Mota  
Cont. N.º 901 401 709 Tel. 272 342 77  
Quinta Olivais do Paço  
8000-183 GASTELO BRANCO

  
A Direção.

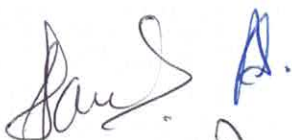
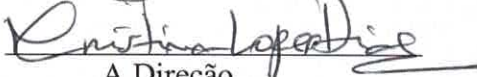
João Rui Santos Poças  
TÉCNICO CERTIFICADO DE CONTAS  
N.º 39531

  
O Contabilista Certificado

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	ASSOCIAÇÃO JARDIM DE INFÂNCIA DR. ALFREDO MOTA	
		PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	16	416 945,29	406 702,33
Subsídios, doações e legados à exploração	17	454 173,74	448 452,53
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	18	(41 365,46)	(43 420,49)
Fornecimentos e serviços externos	19	(80 448,50)	(80 963,28)
Gastos com o pessoal	20	(687 565,90)	(682 075,62)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	21		(1 017,12)
Outros rendimentos	22	79 171,88	78 113,86
Outros gastos	23	(13 195,81)	(9 073,29)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>127 715,24</b>	<b>116 718,92</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(53 324,68)	(55 306,41)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>74 390,56</b>	<b>61 412,51</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	24		497,70
Juros e gastos similares suportados	24	(124,75)	(729,08)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>74 265,81</b>	<b>61 181,13</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>74 265,81</b>	<b>61 181,13</b>



Associação Jardim de Infância  
Dr. Alfredo Mota  
Cont. N.º 501 401 709 Tel. 272 342 777  
Quinta Olival do Paço  
6090-183 CASTELO BRANCO

  
  
A Direção

João José Santos  
TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
N.º 39351

  
O Contabilista Certificado

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31/12/2018 (montantes em euros)

ASSOCIAÇÃO JARDIM DE INFÂNCIA DR. ALFREDO MOTA

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018 6		49 879,79		99 759,58	956 377,09		147 649,71	61 181,13	1 314 847,30		1 314 847,30
ALTERAÇÕES NO PERÍODO 7	12										
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8								74 265,81	74 265,81		74 265,81
RESULTADO INTEGRAL 9=7+8											
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO 10											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018 6+7+8+10		49 879,79		99 759,58	1 017 558,22		143 878,53	74 265,81	1 385 341,93		1 385 341,93

	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017 1		49 879,79		99 759,58	943 769,32		151 420,89	12 607,77	1 257 437,35		1 257 437,35
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	12				12 607,77		(3 771,18)	(12 607,77)	(3 771,18)		(3 771,18)
2					12 607,77		(3 771,18)	(12 607,77)	(3 771,18)		(3 771,18)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3								61 181,13	61 181,13		61 181,13
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3								57 409,95	57 409,95		57 409,95
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO 5											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017 6=1+2+3+5		49 879,79		99 759,58	956 377,09		147 649,71	61 181,13	1 314 847,30		1 314 847,30

Associação Jardim de Infância  
Dr. Alfredo Mota  
Com. N.º 501 401 709 Tel. 272 342 777  
Quinta Olival da Paço  
2000-194 CASTELO S.W.A.N.C.C.

*João Rui Soares Pegas*  
A Direção

João Rui Soares Pegas  
TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
N.º 39331

*João Rui Soares Pegas*  
O Contabilista Certificado

RUBRICAS	NOTAS	ASSOCIAÇÃO JARDIM DE INFÂNCIA DR. ALFREDO MOTA	
		PERÍODO	
		2018	2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		415 486,33	410 251,53
Pagamentos a fornecedores		116 135,88	149 182,25
Pagamentos ao pessoal		689 082,32	681 693,56
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(389 731,87)</b>	<b>(420 624,28)</b>
Outros recebimentos/pagamentos		520 246,96	515 334,55
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>130 515,09</b>	<b>94 710,27</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		14 058,89	3 558,44
<i>Investimentos financeiros</i>		203,07	178,52
Recebimentos provenientes de:			
<i>Juros e rendimentos similares</i>		1 545,93	676,38
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>(12 716,03)</b>	<b>(3 060,58)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		13 991,39	23 488,21
<i>Juros e gastos similares</i>		124,75	729,08
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(14 116,14)</b>	<b>(24 217,29)</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		103 682,92	67 432,40
Caixa e seus equivalentes no início do período		472 969,16	405 536,76
Caixa e seus equivalentes no fim do período		576 652,08	472 969,16


 Associação Jardim de Infância  
 Dr. Alfredo Mota  
 Cont. N.º 591 401 709 Tel. 272 342 777  
 Quinta Olivais do Paço  
 0000-023 CASTELO BRANCO

  
 A Direção.

João Rui Soares Poças  
 TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
 N.º 39331

O Contabilista Certificado

## **Anexo**

### **Nota Introdutória**

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Associação Jardim de Infância Dr. Alfredo Mota, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados neste Anexo estão expressos em euros.

## **1. Identificação da entidade**

A Associação Jardim de Infância Dr. Alfredo Mota é uma instituição sem fins lucrativos constituída sob a forma de IPSS, com sede na Quinta do Olival do Paço na cidade de Castelo Branco.

A Associação Jardim de Infância Dr. Alfredo Mota é uma associação constituída com o objetivo de contribuir para a promoção da população no âmbito da educação.

Tem como atividade a Educação Pré-escolar e para que possa prosseguir os seus objetivos, está enquadrada nos seguintes C.A.E.'s :

- 85100 Educação Pré-Escolar
- 88910 Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento
- 88 990 Outras Atividades de Apoio Social sem Alojamento, N.E.

## **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Referencial contabilístico utilizado**

Em 2018, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2015 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;

- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 16 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 - Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Desta forma, as Demonstrações Financeiras de 2017 foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura que já era o SNC-ESNL, embora na sua primeira versão, não originando a adoção em 2018 da presente versão do SNC-ESNL quaisquer diferenças relevantes nas demonstrações financeiras, pelo que se verifica boa comparabilidade entre as demonstrações financeiras de 2018 e 2017.

### **3. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1. Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### *3.1.1. Continuidade:*

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### *3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):*

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Outros ativos e passivos correntes*” e “*Diferimentos*”.



A  
F  
Mota

### 3.1.3. *Consistência de Apresentação*

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fidedigna e mais relevante para os utentes da mesma.

### 3.1.4. *Materialidade e Agregação:*

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5. *Compensação*

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. *Informação Comparativa*

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 3.2. **Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### 3.2.1. *Ativos Fixos Tangíveis*

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo (e estão de acordo com o disposto no DR 25/2009):

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	indefinida (0)
Edifícios e outras construções	0 a 50
Equipamento básico	1 a 30
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” e/ou “Outros gastos”.

### 3.2.2. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

### 3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

*Paulo A. Pereira*

### Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser

imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### *3.2.4. Fundos Patrimoniais*

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### *3.2.5. Financiamentos Obtidos*

### Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A. Mota' and 'A. Mota'.*

reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

No caso dos “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

### *3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos*

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a Entidade está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), ao abrigo da alínea b) deste artigo:

*“b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;”*

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### *3.2.7. Subsídios ao Investimento*

A entidade no âmbito da sua atividade recebe diversos apoios financeiros concedidos por organismos estatais e particulares, para a execução de investimentos nos seus ativos fixos tangíveis:

- i) Os apoios contratualizados são reconhecidos na rubrica “*Outras Variações nos Fundos Patrimoniais*” em contrapartida da rubrica de “*Outros Ativos Correntes*”, na exata medida da comparticipação prevista em função dos investimentos executados, corrigidos de eventuais investimentos não elegíveis para comparticipação.

Paul  
A. Mota  
21  
per

- ii) Os recebimentos relativos a estes subsídios são reconhecidos na rubrica “Outros Ativos Correntes” (a crédito) em contrapartida das rubricas de Disponibilidades.
- iii) A imputação aos resultados dos subsídios contratualizados é efetuada em função da taxa de depreciação aplicada aos bens objeto de comparticipação e é reconhecida na rubrica “Outros Rendimentos” (a crédito) em contrapartida da rubrica “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais”.
- iv) Quaisquer montantes de subsídios recebidos que não correspondam a investimentos executados (adiantamentos), são apresentados na rubrica de “Outros Passivos Correntes”.

#### **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Associação efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de ganhos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data do balanço.

Estas estimativas são baseadas na melhor informação e conhecimento que a Empresa tem, todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes dos estimados.

A 31 de Dezembro de 2018 não existem situações que afetem ou coloquem alguma incerteza materialmente relevante nas estimativas efetuadas nas demonstrações financeiras apresentada

*Paulo F. Pereira*

## 5. Ativos Fixos Tangíveis

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram resumidas nos seguintes quadros:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições	Abates	Amortizações	Saldo em 31-Dez-2018
Edifícios e outras construções	827 126,86	3 763,80	349,55	30 617,35	799 923,76
Equipamento básico	39 226,52	-	-	5 204,02	34 022,50
Equipamento de transporte	43 196,04	-	-	14 385,24	28 810,80
Equipamento administrativo	1 216,84	4 092,83	355,36	917,96	4 036,35
Outros AFT	13 427,91	7 027,17	90,34	2 229,78	18 134,97
<b>Total</b>	<b>924 194,17</b>	<b>14 883,80</b>	<b>795,29</b>	<b>53 354,35</b>	<b>884 928,38</b>

## 6. Outros Crédito e ativos não correntes

Descrição	2018	2017
FCT e FRSS	692,05	488,98

## 7. Créditos a receber

Rubrica constituída por Clientes e Utentes e outros créditos a receber:

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Utentes	4 026,13	3 424,96
Outros	51 545,96	52 181,10
<b>Total</b>	<b>55 572,09</b>	<b>55 605,97</b>

*Paulo A. Pereira*

## 8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	16 500,00	16 500,00
<b>Total</b>	<b>16 500,00</b>	<b>16 500,00</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	8 663,19	9 273,41
Segurança Social	24 176,40	25 082,60
Outros Impostos e Taxas	35,40	27,46
<b>Total</b>	<b>32 874,99</b>	<b>34 383,47</b>

## 9. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	1 937,57	1 813,15
<b>Total</b>	<b>1 937,57</b>	<b>1 813,15</b>

## 10. Outros ativos correntes

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, valores a receber e/ou investidos nas seguintes entidades:

Descrição	2017	2016
<b>"Investimentos Financeiros",</b>		
Títulos CGD Aniversário.	29 880,00	29 400,00
<b>Total</b>	<b>29 880,16</b>	<b>29 00,00</b>



*Paul*  
*Perz*

## 11. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017 encontrava-se com os seguintes saldos.

Descrição	2018	2017
Caixa	138,13	363,26
Depósitos à ordem	220 720,20	122 804,70
Depósitos a prazo	325 913,75	320 401,20
<b>Total</b>	<b>546 772,08</b>	<b>445 586,16</b>

## 12. Fundos Patrimoniais

A semelhança dos anos anteriores, também em 2018, para além das habituais movimentações de reconhecimento do resultado líquido do ano anterior, do reconhecimento como rendimentos de parte dos subsídios de investimento cujos ativos se encontram em utilização / depreciação, foram ainda reconhecidos / desreconhecidos alguns valores contratualizados para reforço ou redução de subsídios de investimento.

Assim, nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	49 879,79	-	-	49 879,79
Reservas	99 759,58	-	-	99 759,58
Resultados transidos	956 377,09	61 181,13	-	1 017 558,22
Outras variações nos fundos patrimoniais	147 649,71	-	(3 771,18)	143 878,53
<b>Total</b>	<b>1 314 847,30</b>	<b>61 181,13</b>	<b>(3 771,18)</b>	<b>1 385 341,93</b>

## 13. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	5 797,62	4 945,38
Fornecedores títulos a pagar	-	-
<b>Total</b>	<b>5 797,62</b>	<b>4 945,38</b>

Paul  
A. F.  
Mota

## 14. Financiamentos Obtidos

O saldo da rubrica de “*Financiamentos obtidos*” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Crédito Auto (Carrinha)	-	13 991,39
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>13 991,39</b>

## 15. Outros passivos correntes

A rubrica “*Outros passivos correntes*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Remunerações a pagar	102 980,74	99 198,04
Outras operações	2 369,03	1 759,44
<b>Outros credores</b>	<b>5 731,18</b>	<b>960,00</b>
<b>Adiantamentos de utentes</b>	<b>1 186,68</b>	<b>1 486,41</b>
<b>Total</b>	<b>112 267,63</b>	<b>103 403,89</b>

## 16. Vendas e Serviços. Prestados

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	1 096,00	1 863,00
Prestação de Serviços	415 849,29	404 839,33
<b>Total</b>	<b>416 945,29</b>	<b>406 702,33</b>

## 17. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade reconheceu os seguintes rendimentos nas rubricas de

“Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2018	2019
<b>Subsídios e Apoios do Governo</b>		
Segurança Social – Creche Antiga	144 212,45	142 658,91
Segurança Social – Ed. Pré-Escolar (A.Educativa.)	76 553,28	76 247,76
Segurança Social – Ed. Pré-Escolar (Apoio Social)	43 303,84	43 130,76
Segurança Social – Creche Nova	142 984,73	139 811,90
Pré-escolar – Compensação Financeira	47 119,44	46 603,20
<b>Total</b>	<b>454 173,74</b>	<b>448 452,53</b>

## 18. Custo das Mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário em 31-Dez-2017	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário a 31-Dez-2018
Mercadorias		1 894.20			676.50		
Matérias-primas (Géneros Alimentares)		41 526.29			40 688.96		
<b>Total</b>		43 420.49			41 365.46		

Descrição	Em 31-Dez-2017	Em; 31-Dez-2018
<b>Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas</b>	43 420.49	41 365.46

*Handwritten signature and initials*

## 19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição desta rubrica nos períodos 2018 e de 2017, foi a seguinte

Descrição	2018	2017
<b>Serviços especializados</b>	<b>24 607,07</b>	<b>26 952,04</b>
Trabalhos especializados	8 225,26	9 005,44
Publicidade e propaganda	27,56	44,28
Vigilância e segurança	179,46	818,57
Honorários	7 590,00	7 790,00
Conservação e reparação	6 923,05	7 780,94
Outros	1 661,74	1 512,81
<b>Materiais</b>	<b>3 994,00</b>	<b>4 113,56</b>
Ferramentas e ut. De desgaste rápido	233,11	1 134,35
Material de escritório	789,88	725,78
Artigos para oferta	1 646,21	1 641,91
Outros	1 324,80	611,52
<b>Energia e fluidos</b>	<b>27 651,07</b>	<b>24 469,60</b>
Eletricidade	17 568,84	13 748,25
Combustíveis	5 752,03	5 820,18
Água	4 330,21	4 901,17
<b>Serviços diversos</b>	<b>24 196,35</b>	<b>25 428,08</b>
Comunicação	2 093,78	2 052,00
Seguros	2 869,26	2 902,51
Contencioso e notariado	1 317,79	382,64
Despesas de representação	560,72	569,04
Limpeza, Higiene e conforto	9 033,46	10 325,97
Outros Serviços	8 321,34	9 195,92
<b>Total</b>	<b>80 448,50</b>	<b>80 963,28</b>

Esta rubrica compreende um conjunto alargado de naturezas de gastos, que vão desde todos os serviços a todos os bens não considerados diretamente consumidos no normal desempenho das atividades e serviços habituais prestados pela entidade.

*Paulo R. Pereira*

## 20. Gastos com o Pessoal

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2018 e 2017, foi respetivamente, de 9 membros, sendo na data de encerramento deste exercício, a constituição destes órgãos, a seguinte:

### *Mesa da Assembleia Geral*

- Maria dos Anjos Carmona Marques – Presidente
- Maria Margarida Romãozinho Lopes Dias – 1.º Secretário
- Alzira Marques Roque Paulo – 2.º Secretário

### *Direção*

- Maria Cristina Romãozinho Lopes Dias – Presidente
- Catarina Isabel de Andrade Almeida Guedes Campos – Tesoureira
- Cláudia Sofia Marques Paulo – Secretária

### *Conselho Fiscal*

- Sandra da Conceição Monteiro Branco – Presidente
- Célia Maria Sequeira Farinha – Vogal
- Ana Filipa Pombo Lopes – Vogal

Os órgãos sociais (Assembleia Geral Direção e Conselho Fiscal) da Entidade não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

Já quanto aos colaboradores, a sua evolução quantitativa foi a seguinte:

Pessoas ao Serviço	Média 2017	Média 2018	Dezembro 2018
Colaboradores P/ Conta Outrem	39	38	38
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>38</b>	<b>38</b>

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	557 230,11	553 479,31
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	125 173,95	122 895,74
Seguros de Acidentes de Trabalho	3 780,56	4 131,57
Gastos de Ação Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	1 381,28	1 452,00
<b>Total</b>	<b>687 565,90</b>	<b>682 075,62</b>

## 21. Imparidade de dívidas a receber (Perdas/ Reversões)

As perdas por imparidade constituídas no exercício, para esta rubrica, podem-se detalhar da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Utentes		(1 017,12)
<b>Total</b>		<b>(1 017,12)</b>

*Handwritten signatures and initials: "F. A.", "R. A.", "M. A." and "M. A." with a checkmark.*

## 22. Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Títulos “CGD – Aniversários”	2 013,00	5 016,00
Rendas: Edifício “Escola Enfermagem Dr. Lopes Dias”	66 000,00	66 000,00
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Outros rendimentos:	9 612,95	6 919,18
Correções relativas a períodos anteriores	1 609,60	552,01
Imputação dos subsídios ao investimento	3 771,18	3 771,18
Reembolsos: IVA	219,67	360,20
Reembolsos: Consignação IRS	1 904,90	1 185,79
Donativos	1 169,20	150,00
Outros	938,40	900,00
<b>Juros, dividendos e outros rendimentos</b>	<b>1 545,93</b>	<b>178,68</b>
Juros de depósitos	421,53	165,68
Juros de outros investimentos financeiro	464,40	
Outros (Bar próprio)	660,00	13,00
<b>Total</b>	<b>79 171,88</b>	<b>78,113,86</b>

## 23. Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	2 793,86	2 389,31
Dívidas incobráveis		
Outros gastos:	10 401,95	7 034,92
Multas e Penalidades		2 525,00
Correções de anos anteriores	7 986,75	1 670,61
Quotizações	400,00	450,00
Outros	2 015,20	2 038,37
<b>Total</b>	<b>13 195,81</b>	<b>9 073,29</b>

*Paul A. Peç*

## 24. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados		
Outros gastos e perdas de financiamento	124,75	729,08
<b>Total</b>	<b>124,75</b>	<b>729,08</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos		497,70
Outros rendimentos similares	-	-
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>497,70</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(124,75)</b>	<b>(231,38)</b>

## 25. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 26. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção em 12 de março de 2019.



Associação Jardim de Infância  
Dr. Alfredo Mota  
Cont. N.º 501 401 709  
Quinta Olival do Paço  
8000-193 CASTELO BRANCO

Castelo Branco, 25 de março de 2019

*Christina Lopes Dias*  
A Direção.

João Rui Soares Peças  
TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
N.º 39331

O Contabilista Certificado